

A proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) ocorreu no dia 10 de dezembro de 1948. Estabelecida na Assembleia Geral das Nações Unidas e os países membros, a DUDH é um marco mundial na busca pela construção de um projeto de vida em sociedade assegurado nos direitos humanos fundamentais.

Após 72 anos, é possível observar avanços significativos em diversos campos da universalização da dignidade humana no planeta. Todavia, ainda há muito a ser conquistado em prol do pleno asseguramento desses direitos. Esforços são desempenhados pelas nações para avançarem em vertentes parcamente trilhadas, bem como, para o asseguramento de direitos já alcançados. Para fomentar esses esforços, sem dúvida, um dos principais aliados é a educação. Tal fato é realçado desde a proclamação da DUDH, quando ao seu término, a Assembleia Geral requisitou que todos os países membros a publicassem e divulgassem, especialmente, em escolas e demais instituições educacionais. De acordo com a DUDH<sup>1</sup> (p. 4):

*como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.*

Especificamente, no que compete ao ensino superior no Brasil, as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos, expedida pelo Conselho Nacional de Educação em 06 de março de 2012, atribui como funções: planejar e otimizar estudos e pesquisas para produção de conhecimento e, posterior disseminação à sociedade. De acordo com as Diretrizes<sup>2</sup>:

*As demandas por conhecimentos na área dos direitos humanos requerem uma política e incentivo que institua a realização de estudos e pesquisas. Faz-se necessário, nesse sentido, a criação de núcleos de estudos e pesquisas com atuação em temáticas como violência, direitos humanos, segurança pública, criança e adolescente, relações de gênero, identidade de gênero, diversidade de orientação sexual, diversidade cultural, dentre outros.*

A Universidade de São Paulo (USP) participa desse compromisso assumindo discussões e projetos em seus diferentes campi; favorecendo, inclusive, a disseminação das ações relacionadas aos direitos humanos nas diversas unidades/museus/órgãos com o objetivo de difusão cultural e produção de conhecimento, integrando o tripé ensino, pesquisa e, cultura e extensão acadêmica, em articulação com a gestão.

Neste cenário, a Escola de Educação Física e Esporte (EEFE-USP) insere-se na Universidade de São Paulo com ações, projetos e iniciativas que são desenvolvidas desde 2016, com a criação do Núcleo de Direitos Humanos (NDH). Na atual gestão (2019-2020), os desafios do NDH se reportam a promoção de ações educativas junto à comunidade interna e externa.

Desse modo, a Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (RBEFE), periódico institucional da EEFÉ-USP, contribui, por meio desta edição especial a respeito dos Direitos Humanos em Educação Física e Esporte com um importante espaço acadêmico para produção e divulgação de conhecimento sobre a temática. É evidente que ao longo de anos, desde sua criação em 2004, a RBEFE

conta a publicação de artigos e ensaios sobre o assunto. Contudo, com essa edição especial, dedicada ao tema, a RBEFE assume um papel pioneiro e de vanguarda na área da educação física e esporte. Esta edição tem como intuito principal fomentar investigações por parte de alunos de graduação e pós-graduação, ou seja, motivá-los a organizarem e delinear objetos de pesquisa no âmbito da referida temática.

Nessa edição conta-se com a publicação de 11 artigos que tratam sobre a temática dos direitos humanos, com a parceria de e entre pesquisadores(as) nacionais e internacionais. Tem-se a alegria de apresentar os trabalhos produzidos por profissionais oriundos dos campos da educação física, esporte e educação, pesquisadores das três universidades públicas estaduais (USP, UNESP e UNICAMP); de universidades públicas federais (UFPB, UFBA, UFJF); da rede pública municipal de São Paulo; e de universidades internacionais (San Francisco State University, Universidad de la República de Uruguay, Columbia University Teachers College, The University of New Hampshire e The State University of New York at Brockport).

A edição representa o esforço desses pesquisadores e estudiosos em refletir de forma partilhada, sobre a educação física e o esporte a partir da temática de direitos humanos e sua relação com: a história e desenvolvimento das discussões na área; a educação inclusiva; a educação física inclusiva; as questões de gênero; as questões étnico-raciais; e o esporte escolar.

Espera-se que o leitor possa usufruir dos artigos e ensaios por ora apresentados e, quiçá, num futuro próximo contribuir com a disseminação de novos trabalhos nesse campo.

Boa leitura a tod@s

Sergio Roberto Silveira  
Organizador da Edição Especial em Direitos Humanos  
Revista Brasileira de Educação Física e Esporte

## Nota

a. Sergio Roberto Silveira é Professor Assistente junto ao Departamento de Pedagogia do Movimento Humano, da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (EEFE-USP); nomeado Presidente do Núcleo de Direitos Humanos da EEFÉ-USP para a gestão 2019-2021.

## Referências

1. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948.
2. Brasil. Conselho Nacional de Educação. Resolução N° 1/12: Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Educação, 2012.